



Desafios e potencialidades do ensino à distância a agentes comunitários de saúde

João David Batista Lisbôa, UFOPA-Santarém, PA-Brasil,

joaodblisboa@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-2885-1360>

Cristiano Gonçalves Morais, USP-São Paulo, SP-Brasil

cristiano.goncalves.morais@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-4418-8282>

Elaine Cristiny Evangelista dos Reis, UFOPA-Santarém, PA-Brasil

elaine.reis@ufopa.edu.br; <https://orcid.org/0000-0001-9757-8308>

Resumo: O Programa Saúde com Agente (PSA), coordenado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde e Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, propôs uma oportunidade de capacitação tão esperada pelos agentes comunitários de saúde (ACS) e agentes de combate às endemias (ACE), frente às diversas lacunas de abordagem no ambiente de trabalho. Este estudo objetivou relatar experiências de tutoria no PSA, com ênfase nos desafios e nas potencialidades do Ensino à Distância de ACS. Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência na tutoria do PSA descrito por dois tutores que conduziram as atividades à distância em turmas dos municípios de Parauapebas, PA, e Toritama, PE. Os desafios observados no processo de formação profissional foram: o acesso à plataforma AVA, o uso de tecnologias, a interatividade nos diálogos na plataforma AVA, a liberação pela Secretaria Municipal de Saúde para desenvolver as atividades e a rotatividade de tutores e preceptores. Embora existam muitos desafios nesse processo de Ensino à Distância, o PSA cumpriu seu papel de capacitar os ACS e ACE, garantindo melhorias nos serviços de saúde pública do Brasil.

Palavras-chave: Tutoria; Educação a Distância; Educação Continuada; Atenção Primária à Saúde.

Challenges and potentialities of distance learning for Community Health Workers

Abstract: The “Health with Agents Program”, coordinated by the Ministry of Health and the Support Foundation for the Federal University of Rio Grande do Sul, offered a much- anticipated training opportunity for community health workers and endemics disease workers, addressing various gaps in workplace practices. This study aimed to report on the tutoring experiences within the Program, emphasizing the challenges and potentialities of distance education for ACS. It is a descriptive study with a qualitative approach, presented as an experience report by two tutors, who conducted distance activities for groups in the municipalities of Parauapebas (state of Pará) and Toritama (state of Pernambuco). The challenges observed in the professional training process included access to the AVA platform, the use of technologies, interactivity in dialogues on the virtual learning environment, authorization from the Municipal Health Secretariat to carry out activities, and the turnover of tutors and preceptors. Despite these numerous challenges in the distance learning process, the Health with Agents Program fulfills its role in training health workers, ensuring an improvement in public health services in Brazil.

Keywords: Mentoring, Education, Distance; Education, Continuing; Primary Health Care.



1 Introdução

O Agente Comunitário de Saúde (ACS) é um profissional imprescindível no Sistema Único de Saúde (SUS) que tem contribuído para a estruturação da Atenção Primária à Saúde (APS) por meio de práticas de promoção e prevenção em saúde, cadastramento de famílias adscrita às Estratégias de Saúde da Família (ESF) e criação de vínculo com a comunidade em que está inserido (BRASIL, 2017; LIMA et al., 2023; PEDEBOS; ROCHA; TOMASI, 2018). Além disso, suas ações têm impactado diretamente na saúde da população, o que pode ser expresso em indicadores de saúde, como, por exemplo, a redução da morbimortalidade materno infantil (MOROSINI; FONSECA, 2018).

Contudo, em alguns territórios, principalmente rurais, observa-se empecilhos para a atuação dos ACS, decorrentes da falta de profissionais, dificuldades no deslocamento e oferta insuficiente de educação permanente (LIMA et al., 2023). Além disso, embora muitos ACS tenham vínculo empregatício, seja como estatutário ou servidor público, ainda são questões a serem ponderadas a sobrecarga de trabalho, as fragilidades no vínculo trabalhista e o piso salarial (MOROSINI; FONSECA, 2018).

Farias e Paiva (2020) evidenciaram que os ACSs não compreendem seu papel previsto pela Política Nacional de Atenção Básica (2017) em decorrência de lacunas no processo de formação, demonstrando, em sua rotina de trabalho, uma abordagem ainda biomédica, centrada na doença do paciente. Contudo, os ACSs demonstraram interesse em realizar capacitações mais específicas sobre sua atuação na APS (BRITO et al., 2024; SILVA et al., 2020).

Em meio a esse cenário, foi instituído o Programa Saúde com Agente, uma iniciativa do Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), com o objetivo de prover cursos técnicos aos ACS e aos Agentes de Combate às Endemias (ACE) que atuam nas cinco regiões do Brasil, dentro do âmbito do SUS. O programa visa fortalecer a APS e a Vigilância em Saúde, além de estabelecer diretrizes para execução, monitoramento e incentivos financeiros para custeio e aquisição de equipamentos (BRASIL, 2020).

O Programa Saúde com Agente (PSA) propõe uma oportunidade de capacitação tão esperada pelos ACS, frente às diversas lacunas de abordagem no ambiente de trabalho (FARIA; PAIVA, 2020; NOGUEIRA, 2019). A proposta do curso em ensino à distância tem demonstrado ser uma alternativa de reparar as desigualdades na formação dos ACS presentes no Brasil e construir um espaço de compartilhamento de vivências e experiências em serviço, como se observa no Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde) (GUILAM, 2022), que dialoga diretamente com qualificação da APS e melhoria do cuidado em saúde ofertado (MARIN et al., 2017). Esse processo de formação profissional acompanha esforços para inclusão e capacitação digital, oportunizados pela Política Nacional de Educação Digital (PNED) e pela inclusão de Educação Digital na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Em vista disso, o presente estudo teve como objetivo relatar as experiências de tutoria no PSA, com ênfase nos desafios e nas potencialidades do ensino à distância para agentes comunitários de saúde.



2 Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, do tipo relato de experiência na tutoria do PSA. O PSA foi uma iniciativa que contou com a orientação pedagógica da UFRGS, que formou cerca de 181 mil ACS e ACE em 2023.

As atividades desenvolvidas abrangeram o período de agosto de 2022 a julho de 2023. Os dados analisados envolveram o relato descrito de dois tutores, tutor 1 (T1) e tutor 2 (T2), ambos com titulação de mestre na área da saúde, do município de Santarém, PA. Eles conduziram as atividades de duas turmas, composta por 50 ACSs, nos municípios de Parauapebas, PA, e Toritama, PE.

Para o desenvolvimento deste estudo, utilizaram-se os relatos dos tutores, após a conclusão da tutoria, baseados em três perguntas norteadoras: *qual a importância (potencialidade) do Projeto Saúde com Agente? Quais os desafios no curso de formação do Projeto Saúde com Agente? O que precisa melhorar no Projeto Saúde com Agente?*

Com base nos relatos elaborados, foi realizada a categorização em dois eixos temáticos: a) desafios da educação a distância no processo de formação profissional; e b) potencialidades do uso de tecnologias digitais da informação e comunicação. Por se tratar de um relato de experiência, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466, de 12 de dezembro de 2012, é dispensada a submissão do projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos.

3 Resultados e discussão

3.1 Desafio da EaD no processo de formação profissional

A partir dos relatos dos tutores, os desafios observados no processo de formação profissional podem ser agrupados da seguinte forma: acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), uso de tecnologias, interatividade nos diálogos na plataforma AVA, liberação da Secretaria Municipal de Saúde (Semsu) para o desenvolvimento das atividades e rotatividade de tutores e preceptores.

De antemão, é importante salientar que algumas dificuldades na implementação da formação profissional via Educação à Distância (EaD) no Brasil já eram esperadas, dadas as experiências anteriores em cursos de pós-graduação EaD e a vasta extensão territorial do país, somada à significativa heterogeneidade regional (GUILAM *et al.*, 2022), conforme relatado nos seguintes trechos:

“[...] quando se pensa em Brasil, é necessário avaliar as dificuldades que possam existir nesse processo de formação EaD” (T1).

Embora o PSA tenha sido idealizado para atender universalmente o público de ACS e ACE, não foi planejado em suas particularidades geográficas e sociais. Houve obstáculos na utilização das ferramentas digitais, semelhantes às dificuldades enfrentadas durante a implementação do Ensino Remoto (ER) emergencial durante a pandemia da COVID-19, e na utilização dessas tecnologias pelos alunos, devido às desigualdades sociais no território brasileiro (MAGALHÃES, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2023), como se observa a seguir:

“Para realização das atividades, os alunos tiveram que aprender a utilizar diversas tecnologias” (T1).

“alunos que tinham dificuldades no manuseio de tecnologias, sem acesso a uma internet estável, sem acesso regular à energia elétrica... os alunos eram profissionais de saúde atuante, alguns estavam em zonas remotas. O que inviabilizava o acesso ao curso por dia” (T1).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os motivos para a não adesão ao serviço de internet em domicílios particulares incluem: alto custo para aquisição de equipamentos eletrônicos e serviços de internet; indisponibilidade de acesso à internet na área do domicílio; falta de interesse em acessar a internet e desconhecimento sobre a utilização da internet (PILOTO; ORNELLAS, 2024). Santos et al. (2024) ressaltaram que a disponibilidade de uma conexão à internet de boa qualidade e a posse de dispositivos eletrônicos para estudo (como computadores ou tablets) são fatores cruciais que influenciam no comprometimento dos estudos e, consequentemente, na realização das tarefas, conforme citado no seguinte trecho:

“O acesso a internet foi condicionado à qualidade da rede e ao tempo dos participantes, em vista disso em áreas onde existia fragilidade no acesso ou frente a alta demanda do trabalho, tornava o acesso esporádico e intermitente” (T2).

Além disso, a falta de conhecimento para utilização das tecnologias, ou até mesmo o analfabetismo digital, e a ausência de acesso a um dispositivo eletrônico com internet para desenvolver suas atividades, observadas no decorrer do curso, não retratam apenas a realidade dos alunos do PSA. Souza, Sabbatini e Padilha (2024) destacaram que essa dificuldade deriva de um processo de exclusão digital existente desde a década de 1980, que ainda afeta hoje principalmente o público adulto. Essa dificuldade na realização das atividades pode ser observada em:

“Outra grande problemática na tutoria dos fóruns, foi o atraso nas respostas. O curso tinha um prazo estipulado para cada aluno realizar cada atividade, no entanto, eram prazos prorrogáveis” (T1).

Magalhães (2021) também abordou as discussões sobre o tempo insuficiente dos alunos para o desenvolvimento das atividades de formação, ainda mais considerando que os mesmos possuíam vínculos empregatícios, o que resulta em desafios para os ACS. Para enfrentar isso, seria necessário reorganizar os horários de trabalho, inclusive ceder algumas horas da jornada de trabalho, para garantir a participação da formação de seus ACS, visando o fortalecimento dos serviços de saúde. Esse desafio foi observado em:

“...falta da disponibilidade diária dos alunos, fragilidades nos mecanismos de organização da plataforma que inviabiliza acompanhamento dos feedbacks e com a oscilação da rede de internet, as entregas das atividades constantemente ocorriam em atraso e de forma concentrada, assim como reduziram interatividade tutor/aluno e aluno/aluno” (T2).

“Deveria ser mais que compreensível para os gestores da Secretaria Municipal de Saúde a liberação dos ACS e ACE matriculados, pois se trata de uma capacitação que nem é possível ser ofertado pela própria [Secretaria Municipais de Saúde]” (T1).



Quanto à utilização do AVA, foi um grande desafio para a maioria dos alunos. Seguindo a ótica anterior, de alunos não adaptados ao cenário de EaD, o PSA se utilizou de fóruns interativos para incentivar os estudos e avaliar a participação das atividades assíncronas dos alunos. Contudo, a baixa adesão ao AVA dificultava o contato tutor-aluno, inviabilizando o incentivo às atividades. Rêgo, Garcia e Garcia (2020) propuseram a utilização dessa e de outras metodologias ativas para contornar os desafios de interação entre os alunos-alunos no ER, no entanto, para isso, é necessário o acesso do aluno às plataformas. As frases a seguir retratam esse cenário de aprendizagem:

“Inicialmente os módulos centralizavam-se ao moodle através de telas interativas, vídeos e fóruns. Com o passar das aulas, foram implementadas atividades como construção de mapas, vídeos, podcast” (T1).

“Um grande desafio foi a avaliação dos fóruns. Inicialmente, os fóruns possuíam um padrão muito superficial para avaliar os alunos” (T1).

A rotatividade de tutores e preceptores também representaram um desafio tanto para os alunos quanto para os organizadores do PSA. Embora seja um curso de aperfeiçoamento, a tutoria ainda não é reconhecida como vínculo de trabalho (MENDES, 2013), e consequentemente possui uma baixa remuneração em relação a jornada de trabalho que excede ao proposto pelo PSA e causa sobrecarga no volume de trabalho, desmotivando tutores e preceptores a se vincularem ao PSA ou, ainda, para aqueles que já vinculados, solicitarem seu desligamento (Terra et al., 2021). Os trechos que sugerem esse cenário são:

“Os participantes [tutores e alunos] apresentavam vínculo empregatício ativo, portanto os encontros ocorreriam de forma virtual no período da noite” (T2).

“O Projeto Agente com Saúde solicitava que os tutores tivessem cerca de 20 horas semanais disponíveis para realização das atividades, porém, uma demanda insuficiente para execução das atividades” (T1).

3.2 Potencialidades do uso de tecnologias digitais da informação e comunicação

Durante a pandemia da COVID-19, o EaD se fortaleceu através da Portaria do Ministério da Educação nº 343, de 17 de março de 2020, que adaptou as aulas presenciais para o formato digital, mantido no pós-pandemia. Nesse contexto, as redes sociais surgiram como ferramentas cruciais para incentivar o estudo, facilitando a comunicação, o compartilhamento de recursos educativos e o engajamento dos alunos, promovendo, com isso, um ambiente de aprendizagem dinâmico e colaborativo (SOARES; SILVA, 2020).

Dentre os meios de comunicação utilizados na tutoria do PSA, o aplicativo *WhatsApp* se destacou no processo de acompanhamento pedagógico e interação de professores e alunos, sanando o desafio de interação aluno-tutor, assim como despertou reflexões sobre sua utilização nos serviços ofertados na APS, como se observa a seguir:



“[...] o processo de aporte teórico, isso possibilitou a ressignificação de estratégias rotineiras que dialogam diretamente com a APS mais forte e resolutiva, exemplos que podem ser elencados envolvem o agendamento pelo WhatsApp, grupos de educação em saúde, articulação intersetorial com instituições sociais, de saúde e educação do território, entre outros” (T2).

O *WhatsApp*, assim como outras ferramentas de *Mobile Learning*, pode ser substituído ou complementado pelos AVAs, devido à sua facilidade de uso. Assim, o aluno que possuir um telefone móvel com as configurações adequadas para a instalação do *WhatsApp* poderá acessar os fóruns, receber notícias relacionadas ao curso, esclarecer dúvidas com tutores e interagir com colegas de turma a qualquer momento (ALENCAR, 2015).

Appenzeller *et al.* (2020) apontaram a importância da reorganização constante dos métodos pedagógicos para dar suporte aos discentes e reduzir as dificuldades no ER, e isso incluiu a preparação e formação dos tutores e preceptores, disponibilização de materiais essenciais e complementares, aulas assíncronas e disponibilização das gravações das aulas síncronas, as quais estavam presentes no PSA.

Esse tipo de proposta metodológica também está estruturada na formação do ProfSaúde, que visa estimular a participação dos alunos ao integrar a perspectiva da realidade territorial com o processo de aprendizagem. A inserção de metodologias ativas é um componente essencial que o distingue de outras formações acadêmicas (GUILAM *et al.*, 2020). Paralelamente, o PSA incorporou essa abordagem em seu processo de formação, utilizando atividades e perguntas disparadoras que possibilitam a troca de experiências a partir do cenário de atuação profissional.

Um levantamento realizado por Brito *et al.* (2024) apresenta, dentre diversas fragilidades, a falta de educação permanente em saúde para os ACS. Silva *et al.* (2020) destacam, por meio de falas de ACS, acerca desse anseio por capacitação para melhoria nos serviços oferecidos na UBS e por valorização profissional, assim como é observado no seguinte trecho:

“[...] foi uma formação aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agente de Combate a Endemias (ACE) com o objetivo de nivelar o conhecimento em nível nacional. Sabe-se da importância da educação continuada em saúde, principalmente quando se trata de profissionais da saúde que atuam na “ponta” dos serviços de saúde” (T1).

O PSA, em sua primeira edição, visou contemplar essas expectativas esperadas por anos. Esse curso foi planejado com duração de 1.275 horas ao longo de 10 meses, divididos em três etapas: na etapa introdutória, focando no alinhamento conceitual, acesso ao AVA, comunicação e educação; na etapa formativa I, subdividida em quatro módulos sobre planejamento, mobilização social, percepção e prática de saúde, e promoção, prevenção e comunicação; e na etapa formativa II, com ações educativas na prevenção de agravos à saúde e ações de cuidado (BRASIL, 2020).

4 Considerações Finais

O PSA representou uma conquista significativa para os ACS e ACE, promovendo a qualificação e o nivelamento desses profissionais de saúde em território brasileiro. Do ponto de vista cognitivo e emocional, a adaptabilidade, atenção, compreensão e linguagem foram fundamentais. A experiência de tutoria evidenciou as potencialidades



do uso de tecnologias digitais da informação e comunicação, de promover reflexões sobre a prática profissional e o compartilhamento de experiências multiprofissionais e interdisciplinares de diversas regiões. No entanto, os ACS têm enfrentado fragilidades relacionadas ao uso dessas ferramentas tecnológicas, dificuldades de conexão à internet e ao cumprimento de prazos. Apesar disso, o PSA cumpriu seu papel ao capacitar profissionais essenciais para a promoção da saúde pública. Com investimentos em infraestrutura tecnológica e valorização das equipes de suporte, espera-se que esses desafios sejam progressivamente reduzidos, melhorando a qualidade da EaD e proporcionando capacitações regulares. Dessa forma, o PSA pode se tornar ainda mais eficaz na capacitação contínua de profissionais de saúde, contribuindo significativamente para a equidade e eficiência da APS e do SUS.

Referências

- ALENCAR, G. et al. WhatsApp como ferramenta de apoio ao ensino. Workshops do Congresso Brasileiro de Informática na Educação. IV Congresso Brasileiro de Informática na Educação. **Anais...** 2015.
- APPENZELLER, S. et al. Novos tempos, novos desafios: estratégias para equidade de acesso ao ensino remoto emergencial. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, p. e0155, 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017. **Aprova a política nacional de atenção básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica, no âmbito do sistema único de saúde (SUS)**. Brasília: Diário Oficial da União, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS nº 3.241, de 7 de dezembro de 2020. **Institui o Programa Saúde com Agente, destinado à formação técnica dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias**. Brasília: Diário Oficial da União, 2020.
- BRITO, M. J. A. et al. Trabalho do agente comunitário de saúde na Implementação do SUS: fragilidades e desafios - revisão crítica. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 1, p. 2161–78, 2024.
- FARIA, C. C. M. V.; PAIVA, C. H. A. O trabalho do agente comunitário de saúde e as diferenças sociais no território. **Trabalho, educação e saúde**, v. 18, n. suppl 1, p. e0025183, 2020.
- GUILAM, M. C. R. Conexões virtuais – a tecnologia a serviço das relações profissionais. **Revista de APS**, v. 25, p. 251-252, 2022.
- GUILAM, M. C. R. et al. Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde): uma experiência de formação em rede. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, p. e200192, 2020.
- LIMA, J. G. et al. Agente comunitário de saúde: ator imprescindível para o cuidado em saúde em territórios rurais remotos do Brasil. In: FAUSTO, M. C. R.; ALMEIDA, P. F.; SANTOS, A. M.; BOUSQUAT, A.; GIOVANELLA, L. (orgs.). **Atenção primária à saúde em municípios rurais remotos no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2023. p. 311340.



- MAGALHÃES, R. C. S. Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 28, p. 1263-1267, 2021.
- MARIN, M. J. S. et al. Formação na Modalidade a Distância pela Universidade Aberta do SUS: Estudo Qualitativo sobre o Impacto do Curso na Prática Profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 41, n. 2, p. 201–9, 2017.
- MENDES, V. O tutor no ensino a distância: uma forma de precarização do trabalho docente? **Revista de Educação Pública**, v. 22, n. 51, p. 855–77, 2013.
- MOROSINI, M. V.; FONSECA, A. F. Os agentes comunitários na Atenção Primária à Saúde no Brasil: inventário de conquistas e desafios. **Saúde em Debate**, v. 42, n. spe1, p. 261–74, 2018.
- NOGUEIRA, M. L. Expressões da precarização no trabalho do agente comunitário de saúde: burocratização e estranhamento do trabalho. **Saúde e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 309–23, 2019.
- OLIVEIRA, S. da S. et al. Implicações do foco de atenção no ensino remoto. **Revista DisSoL - Discurso, Sociedade e Linguagem**, v. 18, n. 18, p. 206-228, 2024.
- PEDEBOS, L. A.; ROCHA, D. K.; TOMASI, Y. A vigilância do território na atenção primária: contribuição do agente comunitário na continuidade do cuidado. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 119, p. 940–51, 2018.
- PILOTO, R. W.; ORNELLAS, J. F. de. Ensino Remoto: desafios no contexto pandêmico brasileiro. **Revista Paidéi@ - Revista Científica de Educação a Distância**, v. 16, n. 29, p. 210–25, 2024.
- RÊGO, M. C. F. D.; GARCIA, T. F. M.; GARCIA, T. C. M. **Ensino remoto emergencial: estratégias de aprendizagens com metodologias ativas**. Natal: SEDIS/UFRN, 2020.
- SANTOS, N. F. L. et al. Percepção dos alunos sobre o uso das ferramentas online durante o ensino remoto em cursos de graduação em saúde. **Revista Valore**, v. 9, p. e-9002, 2024.
- SILVA, T. L. et al. Política Nacional de Atenção Básica 2017: implicações no trabalho do Agente Comunitário de Saúde. **Saúde em Debate**, v. 44, n. 124, p. 58–69, 2020.
- SOARES, R. A.; SILVA, G. A. Regulamentos da EaD no Brasil e o Impacto da Portaria nº 343/2020 no Ensino Superior. **EaD em Foco**, v. 10, n. 3, p. 1-12, 2020.
- SOUZA, E. D.; SABBATINI, M.; PADILHA, M. A. S. Inclusão digital e Ensino Superior no contexto do ensino remoto: vivência(s) de licenciandos/as em Pedagogia da UFPE. **Revista Hum@nae**, v. 18, n. 1, p. 1-21, 2024.
- TERRA, A. D. G. A Pandemia e a precarização das condições de trabalho dos docentes de ensino superior. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. e33810918344- e33810918344, 2021.